

RESUMO PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS

Avaliação da Declaração Florestal

Avaliação da Declaração Florestal
Outubro de 2024

SOBRE A AVALIAÇÃO DA DECLARAÇÃO FLORESTAL

[Avaliação da Declaração Florestal](#) é um esforço independente da sociedade civil para acompanhar o progresso em direção às metas globais florestais. Iniciada em 2015 como uma iniciativa para monitorar o progresso em relação à Declaração de Nova York sobre as Florestas, essa iniciativa agora envolve um grupo diversificado de mais de duas dúzias de organizações de pesquisa, think tanks, ONGs e grupos de advocacy de todo o mundo.

A cada ano, os Parceiros da Avaliação da Declaração Florestal utilizam sua expertise coletiva para fornecer análises científicas, independentes e revisadas por pares que oferecem uma visão abrangente do estado dos compromissos florestais.

SOBRE O RESUMO PARA FORMULADORES DE POLÍTICAS

O Resumo para Formuladores de Políticas oferece uma visão geral das principais constatações da Avaliação da Declaração Florestal de 2024 e considerações adicionais sobre produção e desenvolvimento sustentáveis, finanças florestais e direitos e governança florestais. Ele também fornece recomendações gerais para ajudar a promover ações significativas e aceleradas de proteção, conservação e restauração florestal.

Para uma análise mais aprofundada sobre o progresso em direção às metas florestais de 2030, consulte o relatório completo de Avaliação da Declaração Florestal de 2024, "[Forests under fire: Tracking progress on 2030 forest goals](#)."

CITAÇÃO

Por favor, utilize a seguinte citação:



Forest Declaration Assessment Partners. (2024). Resumo para Formuladores de Políticas: Avaliação da Declaração Florestal de 2024. Climate Focus (coordenador e editor). Acessível em www.forestdeclaration.org.

Este relatório pertence ao domínio público. Os usuários estão convidados a baixar, salvar ou distribuir este relatório eletronicamente ou em qualquer outro formato. Uma cópia digital deste relatório, juntamente com avaliações de progresso anteriores, está disponível em www.forestdeclaration.org.

1. Introdução

Florestas são indispensáveis: elas fornecem meios de subsistência para mais de um bilhão de pessoas, abrigam mais de 80% das espécies de plantas e animais terrestres, e são insubstituíveis para estabilizar o clima global, ajudando a limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme definido no Acordo de Paris. As florestas são essenciais para lidar com as crises interligadas do clima, da biodiversidade e da natureza, mas continuam a ser devastadas em taxas alarmantes, ameaçando a saúde planetária e o bem-estar das gerações futuras.

Compromissos legais como a Declaração de Nova York sobre Florestas (2014), a Declaração dos Líderes de Glasgow (2021) e o Primeiro Balanço Global da UNFCCC (2023) foram adotados por quase todos os países e por centenas de empresas, organizações da sociedade civil e de povos indígenas (PIs). Os compromissos estabeleceram uma intenção compartilhada de interromper e reverter o desmatamento e a degradação de ecossistemas até 2030. No entanto, passado um terço desta década crítica, as metas de desmatamento, degradação e restauração parecem cada vez mais fora de alcance.

Os fatores que impulsionam a perda florestal estão enraizados em modelos insustentáveis de produção e consumo. A demanda global por commodities como produtos agrícolas, combustíveis fósseis, minerais e até mesmo alternativas sustentáveis – como energia renovável – continua a intensificar a pressão sobre os ecossistemas florestais. Mesmo quando as demandas mudam entre regiões e commodities, outros fatores surgem ou se intensificam, criando um conjunto crescente de desafios que agravam o desmatamento e a degradação florestal.

Os impactos nocivos da produção e do consumo insustentáveis afetam principalmente os grupos mais vulneráveis e marginalizados. Povos indígenas e comunidades locais (CLs) enfrentam violência devido a conflitos pelo uso da terra e, muitas vezes, são desapropriados de suas terras. Esses grupos sofrem impactos negativos em sua saúde e meios de subsistência devido à perturbação e degradação dos ecossistemas, enquanto recebem pouco ou nenhum benefício dos projetos de produção e desenvolvimento que causam esses danos. Países em desenvolvimento e ricos em florestas suportam, em grande parte, o ônus de atender à demanda global – tanto nacional como internacional – com volumes cada vez maiores de produtos

de risco florestal, ao mesmo tempo em que enfrentam demandas crescentes para resolver as crises de desmatamento e degradação de ecossistemas.

Não existe uma solução única para proteger e restaurar as florestas, mas a diversidade de esforços existentes oferece esperança. Cada iniciativa – sejam medidas do lado da demanda, padrões de sustentabilidade ou mecanismos financeiros – tem seus próprios sucessos e limitações. Onde as políticas foram implementadas de forma coesa, juntamente com financiamento adequado e vontade política, elas frequentemente se mostraram eficazes. Embora o progresso nem sempre seja linear e nunca seja simples, as tendências recentes em alguns dos países com maiores áreas florestais, como o Brasil e a Indonésia, mostram que é, de fato, possível.

Enquanto isso, as transições políticas apresentam riscos e oportunidades para a conservação florestal. Lideranças fortes podem gerar progresso rápido, como visto recentemente no Brasil, enquanto mudanças na vontade política e nas prioridades podem facilmente reverter os ganhos. Aproveitar momentos de mudança política para gerar impulso e consenso pode elevar a importância das florestas na agenda política. É crucial permanecer vigilante para que as mudanças nos ventos políticos não alimentem a chama da destruição florestal.

2. Principais Resultados

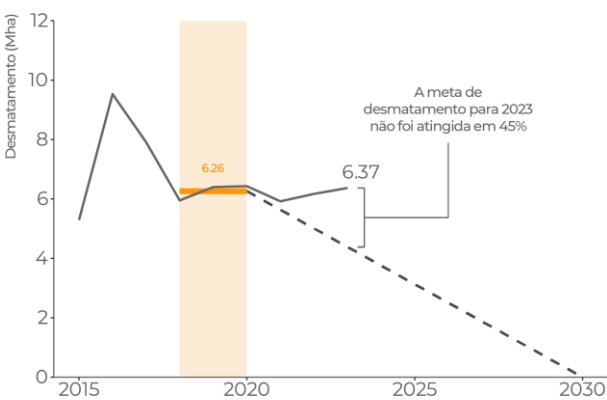
2.1. Progresso em direção às metas florestais gerais

Em 2023, as florestas permaneceram sob enorme pressão, o que coloca em risco as metas globais de clima, biodiversidade e florestais.

A humanidade continua longe de atingir as metas de interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030. Globalmente, 6,37 milhões de hectares de floresta foram perdidos permanentemente em 2023 (Figura 1). As metas regionais de desmatamento não foram cumpridas em quase todas as regiões tropicais (Figura 2). A Ásia tropical quase atingiu sua meta provisória em 2022, mas em 2023 o desmatamento na região disparou novamente para 1,83 milhão de hectares. A extensão do progresso para eliminar o desmatamento nas regiões temperadas e boreais do mundo variou em 2023 – mas todas as regiões estavam fora do caminho para cumprir suas metas de 2030. Fora dos trópicos, as regiões temperadas da América Latina e da América do Norte apresentaram os maiores níveis absolutos de desmatamento. A região temperada da África sofreu um aumento de quase seis vezes no desmatamento em relação aos níveis de referência de 2018 a 2020. As emissões brutas do desmatamento, resultantes da perda permanente da cobertura florestal, totalizaram 3,8 bilhões de toneladas métricas do equivalente a dióxido de carbono.

Florestas primárias são os ecossistemas florestais mais críticos a serem protegidos – no entanto, elas foram destruídas em taxas alarmantes no ano passado. A perda do carbono armazenado em florestas primárias é irreversível em escalas de tempo relevantes, assim como a biodiversidade que elas abrigam. Pode levar centenas ou até milhares de anos para restabelecer as estruturas e as funções ecológicas que caracterizam uma floresta primária. Em 2023, a taxa global de perda de florestas primárias tropicais úmidas foi 38% maior do que o necessário para estar no caminho certo. No entanto, alguns países tropicais avançaram em direção à meta de interromper a perda de florestas primárias até 2030. Ainda assim, o progresso mundial para deter a perda dessas florestas insubstituíveis é amplamente insuficiente.

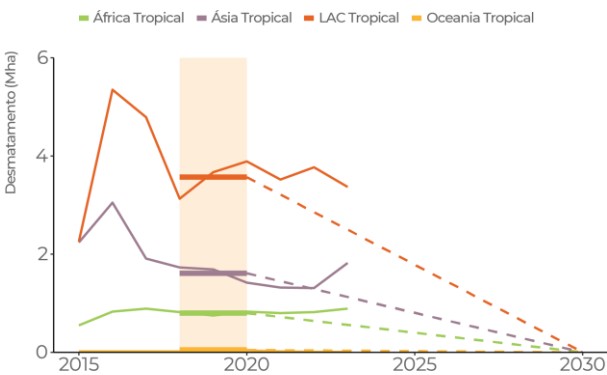
Figura 1. Desmatamento global entre 2015 e 2023, em milhões de hectares (Mha) e principais métricas adicionais



Key metrics on global deforestation in million hectares (Mha)

Região	Desmatamento de referência (Mha)	Meta de desmatamento para 2023 (Mha)	Desmatamento em 2023 (Mha)	Variação em relação à referência (%)	Desvio da meta de 2023 (%)
Global	6,26	4,38	6,37	+2%	+45%

Figura 2. Desmatamento regional tropical entre 2015 e 2023, em milhões de hectares (Mha) e principais métricas adicionais



Principais métricas sobre o desmatamento regional tropical em milhões de hectares (Mha)

Região	Desmatamento de referência (Mha)	Meta de desmatamento para 2023 (Mha)	Desmatamento em 2023 (Mha)	Variação em relação à referência (%)	Desvio da meta de 2023 (%)
África Tropical	0,80	0,56	0,89	+12%	+60%
Ásia Tropical	1,61	1,13	1,82	+13%	+62%
LAC Tropical	3,57	2,50	3,37	-5%	+35%
Oceania Tropical	0,05	0,03	0,01	-74%	-62%

A área total de florestas no mundo afetadas pela degradação é imensa. A área de floresta que passou para uma categoria de integridade ecológica inferior^a em 2022 – 62 milhões de hectares – é dez vezes maior do que a área que foi desmatada naquele ano e duas vezes a área total da Alemanha. Esse número nem sequer leva em conta as florestas que se tornaram mais degradadas, mas permaneceram na mesma categoria de integridade. A degradação ocorrida em florestas tropicais úmidas em 2023 estava 20% fora da rota para atingir a meta de eliminar a degradação até 2030. As florestas também estão se tornando mais fragmentadas – 18% das florestas tropicais agora são afetadas por efeitos de borda. No entanto, as pressões induzidas pela atividade humana que levam à degradação parecem estar diminuindo. O Índice de Integridade da Paisagem Florestal (FLII) mostra que a taxa de perda de integridade ecológica está diminuindo globalmente, com exceções notáveis nas zonas temperadas da Ásia e da Europa. Isso pode sinalizar que as futuras taxas de degradação vão diminuir – no entanto, o FLII não considera o impacto da intensificação dos incêndios florestais, o que pode comprometer o avanço na redução dos outros fatores que levam à degradação.

Incêndios florestais estão intimamente ligados ao desmatamento e à degradação florestal. Padrões de incêndio cada vez mais graves são desastres provocados pelo homem, não fenômenos naturais. Incêndios cada vez piores criam um círculo vicioso: incêndios mais intensos levam a uma maior degradação, reduzindo a resiliência das florestas e aumentando a vulnerabilidade a futuros incêndios. Essa dinâmica torna ainda mais difícil interromper o desmatamento e a degradação até 2030. Isso é particularmente verdadeiro em ecossistemas que não coevoluíram com o agravamento dos padrões naturais de incêndio, como as florestas tropicais úmidas, onde os impactos do fogo são particularmente prejudiciais.

^a Isso inclui áreas que passaram de uma categoria de integridade mais alta para uma mais baixa, desconsiderando quaisquer áreas com aumento no Índice de Integridade da Paisagem Florestal (FLII). Tais aumentos podem resultar da remoção da pressão antropogênica observada e/ou inferida, antecipando a regeneração de florestas que pode ocorrer no futuro. Além disso, essa estimativa exclui áreas que foram desmatadas permanentemente.

Além disso, em 2023, mais de 1,4 milhão de hectares de florestas foram perdidos dentro de Áreas-chave para a Biodiversidade (KBAs)^b florestadas, o que representa um aumento de 19% em relação ao que deveria ter ocorrido para que estivéssemos no caminho certo para eliminar a perda de cobertura florestal em KBAs florestadas até 2030. A perda de cobertura florestal nessas áreas destrói os habitats de espécies que dependem de habitats florestais para sua sobrevivência e reprodução.

2.2. Progresso na produção e desenvolvimento sustentáveis

Faltando um ano para atingir o objetivo do setor privado de eliminar o desmatamento das cadeias de suprimentos agrícolas¹, o mundo ainda está longe de atingir essa meta.

A produção de commodities – incluindo culturas agrícolas e pecuária, bem como commodities mineradas como carvão, metais e minerais – continua sendo o principal fator que impulsiona o desmatamento e a conversão de ecossistemas em todo o mundo (Figura 3).²

Sete commodities agrícolas apenas foram responsáveis por 57% de todo o desmatamento entre 2001 e 2018.³ Os volumes de mineração em florestas tropicais úmidas dobraram entre 2000 e 2019,⁴ com o carvão sendo responsável por 34% do desmatamento induzido pela mineração que pode ser atribuído a commodities específicas de 2001 a 2019.⁵ A demanda por muitas dessas commodities – e, como resultado, a pressão sobre as florestas –

^b KBAs são locais que contribuem significativamente para a persistência global da biodiversidade e são identificadas com base em um conjunto de critérios relacionados a espécies ou ecossistemas ameaçados ou geograficamente restritos, processos biológicos, integridade ecológica e insubstituibilidade (IUCN, 2022). KBAs florestadas são um subconjunto de todas as KBAs que são caracterizadas pela cobertura florestal e pela presença de pelo menos um especialista florestal que acionou os critérios de KBA no local (Crowe, O. et al., 2023).

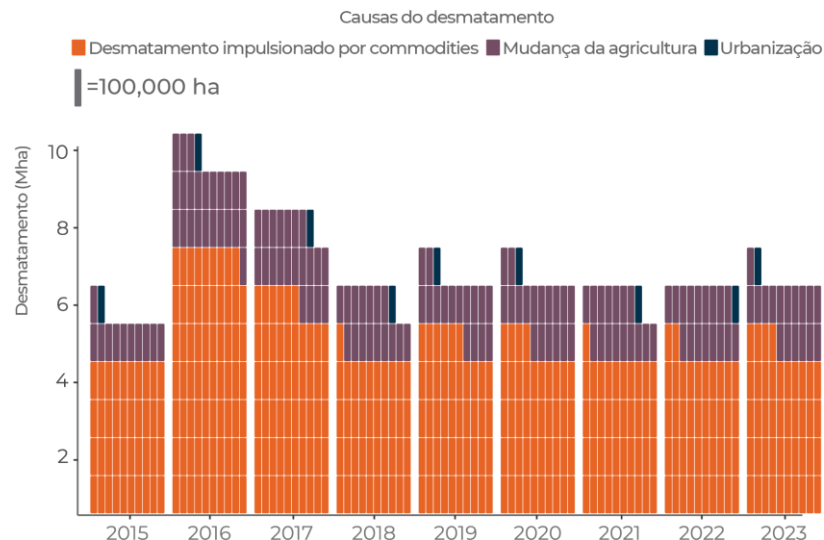
continua elevada ou continua a aumentar. Grande parte dessa demanda é impulsionada por países industrializados: entre 2020 e 2022, a União Europeia e a China – os principais mercados importadores de commodities de risco florestal – foram responsáveis por aproximadamente 40% de todo o desmatamento embutido no comércio direto de commodities agrícolas.⁶ E apesar das metas do Acordo de Paris de eliminar gradualmente a energia gerada por carvão até 2040⁷, a produção global de carvão atingiu um recorde em 2023.⁸ Países industrializados – como China, União Europeia e Estados Unidos – impulsionam quase metade da crescente demanda global por metais e minerais.⁹

Atividades de pequena escala também têm impacto significativo nas florestas. A agricultura itinerante causou a perda de 15,9 milhões de hectares de florestas primárias entre 2015 e 2023. Embora a agricultura itinerante possa ser praticada de forma sustentável como parte de sistemas tradicionais de manejo rotativo de terras, seus impactos são prejudiciais quando levam ao desmatamento de florestas primárias.¹⁰ A mineração artesanal e em pequena escala continua sendo uma ameaça significativa e crescente às florestas, especialmente na Amazônia¹¹ e na Bacia do Congo.¹²

Os PIs e as CLs estão na vanguarda dos esforços de base para combater práticas destrutivas de produção e desenvolvimento, protegendo suas terras contra incursões injustas. Em 2023, 196 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos, elevando o total de assassinatos monitorados pela Global Witness desde 2012 para 2.106.¹³ A mineração continua a ser o setor mais perigoso para os defensores. Uma revisão de casos de conflito ambiental descobriu que 34% de todos os conflitos envolvem PIs, enquanto três quartos dos conflitos são causados por setores de risco florestal – agricultura e silvicultura, mineração, combustíveis fósseis e projetos de barragens.¹⁴ Espera-se que conflitos e deslocamentos induzidos pela mineração aumentem conforme a demanda por minerais e subsequentes resíduos de mineração cresçam.¹⁵

Os esforços das empresas para acabar com o desmatamento e a conversão em cadeias de suprimentos agrícolas têm sido insuficientes. Aproximadamente um quarto das empresas e instituições financeiras de alto risco (aquelas avaliadas pela Forest 500 em cada uma de suas dez avaliações anuais) não assumiu compromissos para lidar com o desmatamento.¹⁶ Mesmo aquelas que estabeleceram compromissos estão, em grande parte,

Figura 3. Fatores que impulsionaram o desmatamento entre 2015-2023, em milhões de hectares (Mha)



falhando.¹⁷ E a transparência continua sendo um verdadeiro obstáculo para o progresso – apenas 21% das empresas que relataram ao CDP em 2023 seus esforços contra o desmatamento forneceram informações abrangentes e de alta qualidade.¹⁸

No entanto, a pequena parcela de empresas na vanguarda da ação na cadeia de suprimentos agrícolas está fazendo avanços reais. Esses esforços serão cruciais, pois o Regulamento sobre Desmatamento da União Europeia (EUDR) entra em vigor em dezembro de 2024.¹⁹ Essa política histórica pode ser transformadora na redução do desmatamento ao nivelar o campo de atuação, aplicando requisitos de diligência entre os agentes do mercado. Com as grandes empresas buscando acesso ao maior mercado único do mundo,²⁰ o momento é propício para aproveitar sua motivação e impulsionar inovações abrangentes em tecnologias de rastreabilidade e práticas de sustentabilidade, garantindo que os pequenos produtores não sejam prejudicados e excluídos das cadeias de suprimentos europeias.

Em contrapartida, o setor extrativista está atrasado nas ações florestais. Os riscos da mineração para as florestas e a biodiversidade são subestimados,

⁶ Em 2 de outubro de 2024, a Comissão Europeia publicou uma proposta para atrasar a implementação da EUDR em 12 meses. No momento da redação deste artigo, não está claro se a proposta será adotada

pelo Parlamento Europeu e pelos estados-membros da UE. Para mais informações, consulte https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_24_5009

raramente figurando explicitamente nas metas nacionais de biodiversidade²¹ ou avaliações de risco, mesmo quando a mineração ocorre dentro de áreas protegidas.²² No entanto, alguns primeiros passos na direção certa foram dados – por exemplo, entre as empresas de mineração que reportam ao CDP, a proporção com compromissos de biodiversidade em toda a empresa aumentou de 53% em 2021 para 77% em 2023.²³

2.3. Progresso no aumento e na promoção de financiamento sustentável para florestas

Atingir as metas florestais internacionais requer investimento substancial na proteção, manejo sustentável e restauração das florestas. Esse chamado “financiamento verde”, deve ser mobilizado por meio de fontes públicas e privadas.

Os compromissos atuais de financiamento florestal internacional totalizam US\$ 30,03 bilhões entre os anos de 2021 e 2025. Até agosto de 2024, pouco mais de um terço desse valor havia sido desembolsado.^d A realização das metas florestais também requer uma mudança do chamado “financiamento cinza”, ou seja, investimentos em atividades potencialmente prejudiciais.

No entanto, governos gastaram apenas US\$ 2,4 bilhões por ano em financiamento florestal verde desde 2010,^e em comparação a até US\$ 1 trilhão por ano em financiamento cinza durante o mesmo período.^{f24} Em 2024, estima-se que US\$ 2,6 trilhões por ano em subsídios prejudiciais ao meio ambiente incentivem a produção insustentável ou o consumo intensivo de

carbono, o esgotamento dos recursos naturais ou a degradação dos ecossistemas globais.²⁵ Não são apenas os governos: os fluxos do setor privado de financiamento cinza para atividades que oferecem riscos às florestas continuam significativos. Dados da Forests & Finance mostram que, entre janeiro de 2016 e setembro de 2023, mais de US\$ 307 bilhões em crédito financeiro foram fornecidos por bancos às maiores empresas envolvidas em cadeias de commodities de risco florestal e mineração.²⁶ Investimentos verdes do setor privado continuam mal monitorados e difíceis de medir.

Quando se trata de financiamento público para florestas, REDD+ continua sendo uma importante alavanca para mobilizar recursos. Em 2024, o Fundo de Carbono do FCPF fez desembolsos para o Vietnã,²⁷ Costa do Marfim²⁸ e Laos²⁹ para a obtenção de Reduções de Emissões (REs) por meio de programas REDD+ jurisdicionais. Até agora, o Fundo emitiu US\$ 94 milhões em pagamentos por REs para seis países, com um total de US\$ 327,7 milhões em pagamentos programados.³⁰

O financiamento para apoiar PIs, CLs e povos afrodescendentes (PAs) aumentou nos últimos anos. Entre 2020 e 2023, os desembolsos tiveram uma média de US\$ 517 milhões por ano, um aumento de 36% acima da média dos quatro anos anteriores³¹ – mas esse financiamento ainda é amplamente insuficiente. A maior parte (72%) desse aumento é atribuída ao Grupo de Financiadores da Posse Florestal, o grupo de 25 doadores que fez a Declaração Conjunta de Doadores de Posse Florestal dos PIs e CLs na COP26 e se comprometeu a fornecer US\$ 1,7 bilhão em apoio entre 2021 e 2025.³²³³ Apesar desses aumentos, o acesso direto de PIs, CLs e PAs a financiamento continua limitado – embora o financiamento direto seja essencial para abordar as desigualdades históricas no financiamento e permitir que esses grupos usem o financiamento em alinhamento com suas prioridades. Uma análise de 2024 de subsídios filantrópicos descobriu que, de 2016 a 2020, apenas 0,6% das doações beneficiaram PIs e apenas 0,3% foram para governos indígenas, regiões autônomas e organizações de povos

^d Análise original da Climate Focus de relatórios publicadas de progresso de promessas. As promessas incluídas neste total incluem a Coalizão de Redução de Emissões Acelerando a Floresta (LEAF) (2021); o Compromisso da Bacia do Congo (2021); a iniciativa Ação pelo Desmatamento do Setor Financeiro (FSDA) (2021); o Compromisso Global de Financiamento Florestal (2021); o Compromisso de Posse Florestal do IPLC (2021); o Financiamento Inovador para a Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC) (2021); a Floresta, Pessoas, Clima (FPC) (2022); e o Plano de Libreville (2023).

^e Esse total inclui financiamento internacional para desenvolvimento relacionado ao clima e financiamento internacional e nacional para REDD+. Observe que as estimativas de financiamento abrangem diferentes prazos. O financiamento internacional para desenvolvimento inclui compromissos financeiros bilaterais e multilaterais feitos durante o período de 2010 a 2022, conforme registrado no banco de dados Estatísticas de Financiamento para Desenvolvimento Externo da OECD DAC. O REDD+

internacional inclui compromissos de financiamento para prontidão e implementação do REDD+ por meio do FCPF, GCF, FIP, BioCF, CAFI, UN-REDD, CBFF e do Fundo Amazônia entre 2008 e 2022. Dados obtidos de sites de fundos e da *Atualização dos Fundos Climáticos*. O REDD+ nacional inclui os compromissos de financiamento do REDD+ por parte do governo feitos por 16 países REDD+ que orçamentaram contribuições governamentais. Dados obtidos de EPRDs disponíveis no [site do FCPF](#). Observe que os planos de investimentos abrangem diferentes prazos e informações sobre implementação e avanço, uma vez que não há publicação disponível.

^f O limite superior é um valor estimado se os dados de todos os países estivessem disponíveis. Consulte Damania, Richard et. al (2023).

indígenas.^{34,35} Modelos tradicionais de financiamento florestal de cima para baixo, conduzidos por governos ou agentes privados, muitas vezes restringem a capacidade de PIs e CLs de acessar financiamento ou usá-lo de acordo com suas prioridades. Estão surgindo novos mecanismos de financiamento impulsionados por PIs e CLs, que tornam essas partes interessadas em parceiros, em vez de meros beneficiários, na implementação do financiamento florestal.³⁶

No setor privado, o progresso na proteção contra as consequências negativas dos investimentos para as florestas continua inadequado. Uma avaliação de 2023 da Global Canopy descobriu que aproximadamente um quarto das empresas e instituições financeiras mais expostas ao risco de desmatamento em suas cadeias de suprimentos e investimentos não têm um único compromisso para lidar com o desmatamento.^{9,37} Embora esta seja uma diminuição acentuada em relação à avaliação dos anos anteriores,^{h,38} a lista de empresas e instituições financeiras que ainda não têm tal compromisso inclui algumas das maiores empresas de alimentos, bebidas, vestuário e investimentos do mundo.

Financiamento baseado no mercado – como projetos de carbono baseados em florestas – continua a atrair controvérsia. A análise da qualidade dos créditos de carbono baseados em florestas continua a influenciar a demanda.ⁱ Entre 2023 e 2024, os créditos do REDD+ perderam 62% de seu valor, com os volumes de transações caindo 51% e os preços diminuindo 23%.^{39,40} Novos mercados para REDD+ jurisdicional (JREDD+) estão surgindo. Por exemplo, Costa Rica e Gana assinaram acordos para fornecer créditos verificados ART-TREES aos compradores da Coalizão LEAF.⁴¹ Suriname, Honduras e Belize disponibilizaram recentemente créditos JREDD+ soberanos como ITMOs sob o Artigo 6.⁴²

2.4. Progresso na melhoria dos direitos e da governança florestal

Uma governança florestal eficaz requer políticas e estruturas legais claras e aplicáveis que garantam a participação inclusiva, responsabilizem os governos e promovam metas compartilhadas como proteção florestal e segurança da posse da terra. Apesar dos avanços em algumas regiões, continuam a ocorrer violações de direitos e má governança em muitas áreas.

Por um lado, o ano passado viu vários avanços positivos na governança florestal. O número de áreas protegidas aumentou, atingindo 302.934 globalmente até agosto de 2024,⁴³ com novas áreas estabelecidas em países como Japão,⁴⁴ Butão⁴⁵ e Brasil.⁴⁶ Esforços para fortalecer as leis de proteção florestal estão progredindo em regiões como a UE, com a Lei de Restauração da Natureza em junho de 2024⁴⁷ e a primeira legislação de planejamento do uso do solo da República Democrática do Congo aprovada em dezembro de 2023.^{48,49} As medidas do lado da demanda, particularmente na UE, também estão avançando com a implementação da EUDR e da Diretiva de Diligência de Sustentabilidade Corporativa (CSDDD). A regulamentação para implementar o regime de Commodities de Risco Florestal do Reino Unido (UKFRC) está em desenvolvimento. A aplicação da lei florestal melhorou em vários países, incluindo Brasil,⁵⁰ Colômbia,⁵¹ Estados Unidos,⁵² Austrália⁵³ e Portugal,⁵⁴ enquanto a cooperação internacional progrediu com, por exemplo, a expansão da Aliança contra Crimes Ambientais.^{55,56,57,58} Além disso, o financiamento para direitos de posse de terras de PIs e CLs aumentou, e decisões legais recentes no Equador,^{59,60} Indonésia,⁶¹ e Canadá⁶² forneceram alguns avanços positivos para garantir direitos de terra para esses grupos.

No entanto, desafios significativos permanecem na governança florestal global. Por exemplo, foram feitas críticas às regulamentações do lado da

⁹ O Forest 500 da Global Canopy rastreia as políticas e o desempenho das 350 empresas mais influentes e 150 instituições financeiras mais expostas ao risco de desmatamento em suas cadeias de suprimentos e investimentos.

^h A Global Canopy descobriu que 40% das empresas e instituições financeiras avaliadas em sua avaliação Forest 500 de 2023 não assumiram nenhum compromisso relacionado ao desmatamento.

ⁱ Esse declínio foi amplamente atribuído a uma onda de cobertura negativa da mídia sobre REDD+ em 2023, após os resultados amplamente divulgados de algumas pesquisas sobre uma seleção de projetos REDD+. Veja, por exemplo, Greenfield, P. (2023, 18 de janeiro).

demanda, que alguns argumentam ser excessivamente punitivas e desconsideram fatores locais.^{63,64} Retrocessos em leis de proteção florestal também são evidentes, com regulamentações enfraquecidas na Índia,⁶⁵ uma definição suavizada de degradação florestal no Canadá^{66,67} e desafios na implementação da governança florestal na Europa. O reconhecimento da posse de terras por PIs e CLs permanece lento demais diante da contínua invasão territorial por atividades de infraestrutura, agrícolas e extrativistas, bem como por projetos de conservação e mitigação das mudanças climáticas.⁶⁸ Mesmo em países onde existem processos para que comunidades reivindiquem a titularidade de terras, esses processos costumam ser burocráticos e limitados – como demonstram exemplos recentes do Camboja, Índia, Nepal, Filipinas e Guiana.⁶⁹ Despejos recentes na Tanzânia,^{70,71} invasões planejadas em territórios de PIs no Camboja⁷² e o enfraquecimento dos direitos de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) no Nepal e na Índia⁷³ ilustram ainda mais as dificuldades em alcançar uma governança florestal equitativa.

Com grandes transições políticas no horizonte ao redor do mundo, o potencial para avançar ou comprometer as metas florestais globais é imenso. Dois dos países com os maiores índices de perda de florestas primárias passarão por transições políticas no próximo ano – a Indonésia dará posse a um novo presidente em outubro de 2024, enquanto a Bolívia realizará eleições nacionais em 2025. Na UE e nos Estados Unidos – dois dos maiores consumidores de produtos que representam riscos para as florestas – também enfrentarão grandes mudanças políticas em 2024. Os resultados das eleições europeias em junho de 2024 poderão impactar a implementação do Green New Deal para a Europa; e as eleições federais de novembro de 2024 nos Estados Unidos provavelmente terão consequências globais para o clima, além de determinar o destino da proposta de legislação de diligência em relação ao desmatamento, o U.S. Forest Act.⁷⁴

3. Recomendações

Prosperidade e conservação florestal não são mutuamente exclusivas. Existe um caminho alternativo – e a escolha é nossa. Temos a capacidade de sustentar a vida humana e promover seu florescimento sem destruir e degradar os ecossistemas naturais.

Em nível global, não precisamos expandir terras agrícolas em ecossistemas naturais para atender às necessidades nutricionais da humanidade. De 2000 a 2021, a produção de safras e carne aumentou em mais de 50%⁷⁵ – enquanto no mesmo período, a população mundial aumentou apenas 29%.⁷⁶ Já temos comida mais do que suficiente para suprir as necessidades calóricas do mundo – a fome aguda é uma questão de distribuição, não de produção.⁷⁷

Embora alguns impactos florestais possam ser inevitáveis, não precisamos destruí-los de maneira imprudente ou colocar em risco a segurança da comunidade para atender à demanda por commodities mineradas. A transição para energias renováveis oferece uma oportunidade de reduzir nossa dependência de energia gerada por carvão e, por sua vez, diminuir a mineração de carvão – um dos principais fatores que impulsionam o desmatamento relacionado à mineração. Dito isso, a mudança para energias renováveis também traz impactos significativos nas florestas por meio da mineração de minerais essenciais – e esses impactos devem ser reconhecidos e atenuados. No entanto, diferentemente do carvão, uma vez extraídos, os minerais essenciais podem ser reutilizados por uma dúzia de anos ou mais,⁷⁸ desde que configuremos sistemas para sua recuperação e reciclagem.⁷⁹ Os impactos prejudiciais da mineração em si podem ser significativamente reduzidos com as abordagens certas – desde evitar áreas de alto valor de conservação, a reduzir a pegada das operações de mineração e restaurar as áreas afetadas, até respeitar os direitos e territórios dos povos indígenas e das comunidades locais em cujas terras se encontram a maioria desses depósitos minerais essenciais.⁸⁰

Em última análise, devemos repensar nossa relação fundamental com o consumo. Substituir sistemas que consomem muitos recursos por outros mais eficientes e sustentáveis – como substituir a energia de combustível fóssil por energia renovável, veículos movidos a gás por veículos elétricos e edifícios ineficientes por opções sustentáveis – é de extrema urgência, mas não será suficiente por si só. Além de novos métodos de uso de recursos mais sustentáveis, precisamos considerar e adotar rapidamente modelos

alternativos de consumo em si, como a circularidade (em vez de fluxos lineares de produção a resíduos), soluções de transporte compartilhado e público (em vez de veículos individuais) e reduções conscientes na demanda geral, alinhadas a uma transição justa e equitativa.

Com o mundo fora de rota para interromper e reverter a perda e a degradação florestal até 2030, todos os agentes e setores devem trabalhar para recuperar o terreno perdido e avançar ainda mais nos próximos anos. Faltam menos de seis anos para o fim desta década crítica. Portanto, ação imediata para proteger as florestas é essencial. Os líderes mundiais podem e devem atingir as suas ambiciosas metas para 2030, desde que:

- Reconhecer o verdadeiro valor das florestas e outros ecossistemas e reestruturarem o planejamento econômico de maneira adequada. Líderes devem ponderar cuidadosamente os compromissos entre as metas florestais e de desenvolvimento sustentável. Quem está realmente se beneficiando do desmatamento e da exploração? O desmatamento para agricultura, mineração ou outra exploração é o melhor curso de ação para o desenvolvimento sustentável em longo prazo, ou está apenas contribuindo para o ganho superficial e em curto prazo de alguns? Como os riscos para florestas e outros ecossistemas podem ser evitados e, se isso não for possível, atenuados, mesmo que isso signifique uma redução nos lucros?
- Adotar uma mudança radical do paradigma de exploração insustentável e desigualdade que está tão profundamente arraigado em nossa sociedade. A exploração e a destruição das florestas não podem ser mantidas pela humanidade como de costume. Uma transformação radical das rotas de desenvolvimento, fluxos financeiros e governança eficaz são necessários para mudar a trajetória do mundo em direção ao cumprimento das metas florestais de 2030. Líderes devem aproveitar o poder da inovação humana nas paisagens para desenvolver coletivamente modelos alternativos em benefício de todos.
- Criar um ambiente regulatório e fiscal que exija ação, divulgação e responsabilização do setor privado em relação às florestas e outros ecossistemas, e que incentive simultaneamente a proteção, o manejo sustentável e a restauração das florestas. Também já passou da hora de ir além da dependência somente de iniciativas voluntárias para liderar o caminho. Mandatos governamentais, juntamente com investimentos no ambiente propício para garantir a conformidade corporativa, devem criar os incentivos necessários para que o setor privado adote as melhores práticas. Governos devem redirecionar subsídios prejudiciais de maneira eficaz, justa e equitativa,⁸¹ regular o setor financeiro e aumentar

significativamente o financiamento para as florestas. Particularmente, devem priorizar o fortalecimento de capacidades e canalizar financiamento para mecanismos que estão diretamente apoiando Pls e CLs, além de outros agentes locais.

- Adotar uma abordagem abrangente, resiliente e baseada em direitos para a proteção, conservação e restauração florestal, priorizando a governança inclusiva e participativa para que resista a mudanças políticas. Governos devem reconhecer e defender os direitos humanos, e especificamente os direitos de Pls às suas terras, territórios e recursos. Eles devem apoiar soluções lideradas por Pls e pela comunidade para o manejo sustentável da terra, ao mesmo tempo em que abordam injustiças históricas.
- Avançar para abordar o desmatamento e a conversão como um problema global compartilhado. Todos os países que importam commodities de risco florestal precisam assumir responsabilidades proporcionais à sua pegada, inclusive em seus planos nacionais de clima.⁸² Governos devem adotar um espírito de parceria, garantindo que a assistência técnica e financeira seja realizada em pé de igualdade, adaptada às necessidades e prioridades do país receptor. Os países industrializados devem aumentar o financiamento para os países em desenvolvimento, reconhecendo suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Ao mesmo tempo, todos os atores devem reconhecer que interromper o desmatamento e a degradação está intimamente interligado ao destino de outros ecossistemas terrestres. A conversão de pastagens naturais, por exemplo, está se acelerando em áreas como o Cerrado, os Pampas e as Grandes Planícies da América do Norte para acomodar a expansão da produção agrícola e pecuária. Os esforços para evitar toda a conversão de ecossistemas naturais devem ser abordados de forma holística.
- Agir de acordo com a nova realidade das mudanças climáticas, onde os incêndios florestais se tornaram mais frequentes e intensos, e a degradação continua a representar uma séria ameaça às florestas em todo o mundo. O uso e a ignição de incêndios precisam ser cuidadosamente gerenciados, ao mesmo tempo em que aumentem os investimentos em sistemas para detectar e combater incêndios florestais quando eles ocorrem. Ao mesmo tempo, os ecossistemas devem ser conservados e restaurados para construir sua resiliência a incêndios florestais. E para melhorar a clareza sobre o papel dos incêndios florestais nas mudanças climáticas, os países devem contabilizá-los de forma completa e transparente em reportes oficiais de gases de efeito estufa.

- Líderes também devem priorizar investimentos em restauração, abraçando o potencial da regeneração natural assistida, juntamente com atividades de restauração complementares que visam aumentar a cobertura florestal e aumentar o uso da cobertura de árvores em paisagens produtivas e multifuncionais. Intervenções de restauração devem ser ampliadas para combater a degradação das florestas em todo o mundo e construir bioeconomias regenerativas que apoiem meios de subsistência rurais. Em alguns casos, os líderes devem questionar seriamente o foco produtivo da silvicultura, especialmente em áreas onde um foco na conservação da biodiversidade, restauração da integridade ecológica ou apoio às metas climáticas pode ser mais apropriado.
- Garantir total transparência na implementação dos compromissos florestais, para que o progresso possa ser rastreado e aqueles que assumirem compromissos sejam responsabilizados. Os endossantes e signatários de compromissos florestais devem definir marcos provisórios claros e estratégias publicamente disponíveis para alinhar suas prioridades econômicas e de desenvolvimento com as florestas. Sem dados precisos e atualizados, não podemos ter uma visão completa dos esforços para atingir as metas florestais em andamento ao redor do mundo.

Quando os países conseguirem proteger as florestas, devem sustentar esses esforços. A proteção das florestas não é uma conquista única. Devemos celebrar as vitórias, mas é essencial que os países também permaneçam vigilantes e comprometidos em intensificar suas medidas para proteger, conservar e restaurar as florestas, garantindo que nossos sucessos – e não nossos fracassos – se acumulem.

Não podemos manter o “modelo de negócios como sempre” para as florestas, nem devemos simplesmente substituir modelos insustentáveis de uso de recursos por alternativas “verdes” igualmente extrativistas. O caminho à frente pode ser desafiador em alguns momentos, mas é viável: precisamos de uma transformação radical na maneira como abordamos o consumo, o desenvolvimento e a proteção das florestas do mundo.

Endnotes

- ¹ UN High-Level Expert Group on the Net-Zero Emissions Commitments of Non-State Entities. (2022). *Integrity Matters: Net-Zero Emissions Commitments of Non-State Entities*. <https://www.un.org/en/climatechange/high-level-expert-group>; Spring, J., Jessop, S., Spring, J., & Jessop, S. (2022, November 7). COP27: Major food firms detail plans to eliminate deforestation by 2025. *Reuters*. <https://www.reuters.com/business/cop/cop27-major-food-firms-detail-plans-eliminate-deforestation-by-2025-2022-11-07/>.
- ² Curtis, P. G., Slay, C. M., Harris, N. L., Tyukavina, A., & Hansen, M. C. (2018). Classifying drivers of global forest loss. *Science*, 361(6407), 1108–1111. <https://doi.org/10.1126/science.aau3445>.
- ³ Dow Goldman, E., Weisse, M., Harris, N., & Schneider, M. (2020). Estimating the Role of Seven Commodities in Agriculture-Linked Deforestation: Oil Palm, Soy, Cattle, Wood Fiber, Cocoa, Coffee, and Rubber. *World Resources Institute*. <https://doi.org/10.46830/writn.na.00001>.
- ⁴ Luckeneder, S., Gijlum, S., Schaffartzik, A., Maus, V., & Tost, M. (2021). Surge in global metal mining threatens vulnerable ecosystems. *Global Environmental Change*, 69, 102303. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102303>.
- ⁵ WWF. (2023). *Extracted Forests*. <https://www.wwf.de/fileadmin/fm-wwf/Publikationen-PDF/Wald/WWF-Studie-Extracted-Forests.pdf>.
- ⁶ Will China take action on imported deforestation? - Insights - Trase. (2024, April 30). July 24, 2024, <https://trase.earth/insights/will-china-take-action-on-imported-deforestation>.
- ⁷ Yanguas Parra, P. A., Ganti, G., Brecha, R., Hare, B., Schaeffer, M., Fuentes, U., et al. (2019). *Global and regional coal phase-out requirements of the Paris...* <https://climateanalytics.org/publications/global-and-regional-coal-phase-out-requirements-of-the-paris-agreement-insights-from-the-ipcc-special-report-on-15c>.
- ⁸ Energy Institute. (2024). *2024 Statistical Review of World Energy: 73rd edition*. <https://www.energyinst.org/statistical-review/home>.
- ⁹ Camiel. (2024, May 15). The EU's critical minerals crusade. September 24, 2024, <https://www.somo.nl/the-eus-critical-minerals-crusade/>.
- ¹⁰ Noon, M. L., Goldstein, A., Ledezma, J. C., Roehrdanz, P. R., Cook-Patton, S. C., Spawn-Lee, S. A., et al. (2022). Mapping the irrecoverable carbon in Earth's ecosystems. *Nature Sustainability*, 5(1), 37–46. <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00803-6>.
- ¹¹ Elera Gonzales, D. G., da Silva, C. L., Melo, L. de M., Nogueira, S. S., de Sousa, R. R., Alves, M. D. de S., et al. (2024, June 4). *Impact of Artisanal Mining on the Sustainability of the Amazon, Predictive Analysis for the Next 50 Years* [SSRN Scholarly Paper]. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4853904>; Quash, Y., Kross, A., & Jaeger, J. A. G. (2024). Assessing the impact of gold mining on forest cover in the Surinamese Amazon from 1997 to 2019: A semi-automated satellite-based approach. *Ecological Informatics*, 80, 102442. <https://doi.org/10.1016/j.ecoinf.2023.102442>.
- ¹² Ladewig, M., Angelsen, A., Masolele, R. N., & Chervier, C. (2024). Deforestation triggered by artisanal mining in eastern Democratic Republic of the Congo. *Nature Sustainability*, 1–9. <https://doi.org/10.1038/s41893-024-01421-8>.
- ¹³ Global Witness. (2024). *Missing voices: The violent erasure of land and environmental defenders*. <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/missing-voices/>.
- ¹⁴ Scheidel, A., Fernández-Llamazares, Á., Bara, A. H., Del Bene, D., David-Chavez, D. M., Fanari, E., et al. (2023). Global impacts of extractive and industrial development projects on Indigenous Peoples' lifeways, lands, and rights. *Science Advances*, 9(23), eade9557. <https://doi.org/10.1126/sciadv.ade9557>.
- ¹⁵ Owen, J. R., Kemp, D., Lechner, A. M., Ang Li Ern, M., Lèbre, É., Mudd, G. M., et al. (2024). Increasing mine waste will induce land cover change that results in ecological degradation and human displacement. *Journal of Environmental Management*, 351, 119691. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2023.119691>.
- ¹⁶ Thomson, E., & Franklin, H. (2024). *A decade of deforestation data*. <https://forest500.org/publications/2024-a-decade-of-deforestation-data/>.
- ¹⁷ Thomson, E., & Franklin, H. (2024).
- ¹⁸ CDP & Accountability Framework initiative. (2024). *Time for Transparency: Deforestation- and conversion-free supply chains*. <https://www.cdp.net/en/research/global-reports/global-forests-report-2024>.
- ¹⁹ European Commission. (2024b, August). Deforestation Regulation implementation - European Commission. https://green-business.ec.europa.eu/deforestation-regulation-implementation_en. European Commission. (2024b, August).
- ²⁰ European Commission. (2024, July 26). EU position in world trade. September 13, 2024, https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/eu-position-world-trade_en.
- ²¹ Torres, A., Zu Ermgassen, S. O. S. E., Navarro, L. M., Ferri - Yanez, F., Teixeira, F. Z., Wittkopp, C., et al. (2024). Mining threats in high - level biodiversity conservation policies. *Conservation Biology*, 38(4), e14261. <https://doi.org/10.1111/cobi.14261>.
- ²² Aska, B., Franks, D. M., Stringer, M., & Sonter, L. J. (2024). Biodiversity conservation threatened by global mining wastes. *Nature Sustainability*, 7(1), 23–30.
- ²³ 2023 CDP Forests data.
- ²⁴ Detox Development: Repurposing Environmentally Harmful Subsidies. Washington, DC: World Bank. doi:10.1596/978-1-4648-1916-2.
- ²⁵ Koplow, D., & Steenblik, R. (2024). *Protecting Nature by Reforming Environmentally Harmful Subsidies: An Update*. <https://www.earthtrack.net/document/protecting-nature-reforming-environmentally-harmful-subsidies-update>.
- ²⁶ Forests & Finance. (2023). Banking on Biodiversity Collapse. <https://forestsandfinance.org/banking-on-biodiversity-collapse/>.
- ²⁷ World Bank. (2024, March 21). Viet Nam Receives \$51.5m World Bank Payment for Reducing Emissions Through Forest Preservation. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/03/21/viet-nam-receives-51-5m-world-bank-payment-for-reducing-emissions-through-forest-preservation>.
- ²⁸ World Bank. (2024, June 14). Côte d'Ivoire Receives \$35 million Payment for Verified Reduction of Carbon Emissions <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/06/14/cote-ivoire-receives-35-million-payment-for-verified-reduction-of-carbon-emissions>.
- ²⁹ FCPF. (2024) The Lao PDR received a payment of \$16 million from the World Bank-administered Forest Carbon Partnership Facility for reducing greenhouse gas emissions. | Forest Carbon Partnership Facility. <https://www.forestcarbonpartnership.org/results-story-announcement/lao-pdr-received-payment-16-million-world-bank-administered-forest>.
- ³⁰ Including advance payments. See FCPF (2024) Third Evaluation of the Forest Carbon Partnership Facility: Summary Brief. https://www.forestcarbonpartnership.org/sites/default/files/2024/fcpf_summary_brief_v4.pdf.
- ³¹ RRI and RFN (2024) State of Funding for Tenure Rights and Forest Guardianship. <https://rightsandresources.org/publication/state-of-funding-for-tenure-rights-and-forest-guardianship/>.
- ³² Land Portal (2023) Donor Pledge to Advance Indigenous Peoples' and Local Communities' Tenure Rights and their Forest Guardianship. <https://landportal.org/page/2023/09/donor-pledge-advance-indigenous-peoples%E2%80%99-and-local-communities%E2%80%99-tenure-rights-and-their>.
- ³³ RRI and RFN (2024) State of Funding for Tenure Rights and Forest Guardianship. <https://rightsandresources.org/publication/state-of-funding-for-tenure-rights-and-forest-guardianship/>.

³⁴ Archipel Research and Consulting. (2024). *Global Funding Trend Analysis on Indigenous Philanthropy*. https://internationalfund.org/wp-content/uploads/2024/07/Funding-Trend-Analysis-on-Indigenous-Peoples-Philanthropy-_compressed.pdf.

³⁵ Pecurul-Botines, M., Secco, L., Bouriaud, L., Giurca, A., Brukas, V., Hoogstra-Klein, M., et al. (2023). *Meeting the European Union's Forest Strategy goals: A comparative European assessment*. [From Science to Policy]. <https://doi.org/10.36333/fs15>.

³⁶ Forest Declaration Assessment Partners. (2024). Special Report: Emerging forest finance instruments. Climate Focus (coordinator and editor).

³⁷ Global Canopy (2024) A decade of deforestation data. Annual Report 2024. Oxford, England: Global Canopy. <https://forest500.org/publications/2024-a-decade-of-deforestation-data/>.

³⁸ Global Canopy (2023) A watershed year for action on deforestation. Annual Report 2023. Oxford, England: Global Canopy. <https://forest500.org/publications/2023-watershed-year-action-deforestation/>.

³⁹ Manolis, V. (2024, May 30). New Report: The Voluntary Carbon Market Contracted in 2023, Driven by Drop-off in Transactions for REDD+ and Renewable Energy. Ecosystem Marketplace. <https://www.ecosystemmarketplace.com/articles/report-the-voluntary-carbon-market-contracted-in-2023-driven-by-drop-off-in-transactions-for-redd-and-renewable-energy/>.

⁴⁰ Greenfield, P. (2023, January 18). Revealed: more than 90% of rainforest carbon offsets by biggest certifier are worthless, analysis shows. The Guardian. <https://www.theguardian.com/environment/2023/jan/18/revealed-forest-carbon-offsets-biggest-provider-worthless-verra-aoe>.

⁴¹ "Costa Rica and Ghana agree landmark deals to supply forest carbon credits to LEAF Coalition buyers" (2 December 2023) Emergent Press Release. <https://emergentclimate.com/wp-content/uploads/2023/12/COSTA-RICA-AND-GHANA-AGREE-LANDMARK-DEALS-TO-SUPPLY-FOREST-CARBON-CREDITS.pdf>.

⁴² Velez, V. (2024, August 23). ITMO And BancTrust Announce First Offering Of Suriname Carbon Credits Under Article 6 Of The Paris Agreement. <https://carbonherald.com/itmo-and-banctrust-announce-first-offering-of-suriname-carbon-credits-under-article-6-of-the-paris-agreement/>.

⁴³ Protected Planet. (2023, August). August 2023 update of the WDPA and WD-OECM. <https://www.protectedplanet.net/en/resources/august-2023-update-of-the-wdpa-and-wd-oecm>.

⁴⁴ Carbon Pulse. (2023, October). Japan certifies over 100 OECMs in bid to drive private sector biodiversity action « Carbon Pulse. <https://carbon-pulse.com/231957/>.

⁴⁵ WWF. (2024, February). Bhutan expands protected area network with new biological corridor. August 8, 2024, https://www.panda.org/wwf_news/?10630966/Bhutan-expands-protected-area-network-with-new-biological-corridor.

⁴⁶ Mongabay, S. (2024, April). Brazil boosts protection of Amazon mangroves with new reserves in Pará state. *Mongabay Environmental News*. <https://news.mongabay.com/2024/04/brazil-boosts-protection-of-amazon-mangroves-with-new-reserves-in-para-state/>.

⁴⁷ European Council of the EU. (n.d.). Nature restoration law: Council gives final green light. <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/06/17/nature-restoration-law-council-gives-final-green-light/>.

⁴⁸ Central African Forest Initiative (CAFI). (2024). Supporting the Land Use Planning Reform - DR Congo. August 9, 2024, <https://www.cafi.org/countries/democratic-republic-congo/drc-land-use-planning-reform>. Central African Forest Initiative (CAFI). (2024).

⁴⁹ Rights and Resources Initiative. (2023, October 11). DRC National Assembly adopts landmark bill on land-use planning. August 9, 2024, <https://rightsandresources.org/blog/drc-national-assembly-adopts-landmark-bill-on-land-use-planning/>.

⁵⁰ Government of Brazil. (2024, June 7). Marina Silva presents overview of federal environmental protection results. August 12, 2024, <https://www.gov.br/planalto/en/latest-news/2024/06/marina-silva-presents-overview-of-federal-environmental-protection-results>.

⁵¹ Global Landscape Forum. (2024, March 21). What's happening with deforestation in the Amazon? #ThinkLandscape. <https://thinklandscape.globallandscapesforum.org/67561/whats-happening-with-deforestation-in-the-amazon/>.

⁵² International Consortium of Investigative Journalists. (2023, May 23). New Justice Department-led task force pledges global crackdown on illegal timber trade - ICIJ. August 15, 2024,

<https://www.icij.org/investigations/deforestation-inc/new-justice-department-led-task-force-pledges-global-crackdown-on-illegal-timber-trade/>.

⁵³ Parliament of Australia. (2024, May 2). Illegal Logging Prohibition Amendment (Strengthening Measures to Prevent Illegal Timber Trade) Bill 2024 [Text]. August 15, 2024, https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Bills_Legislation/bd/bd2324a/24bd062.

⁵⁴ Portugal Resident. (2024, June 4). Number of forest fire crimes drops significantly in first half of 2024. <https://www.portugalresident.com/number-of-forest-fire-crimes-drops-significantly-in-first-half-of-2024/>.

⁵⁵ Nature Crime Alliance, L. (2024, July 18). Peru joins the Nature Crime Alliance » Nature Crime Alliance. <https://naturecrimealliance.org/peru-joins-the-nature-crime-alliance/>.

⁵⁶ Nature Crime Alliance. (2023, July 3). Nature Crime Alliance welcomes WWF » Nature Crime Alliance. <https://naturecrimealliance.org/nature-crime-alliance-welcomes-wwf/>.

⁵⁷ Nature Crime Alliance. (2024, June 20). UNICRI joins Nature Crime Alliance amid growing focus on illegal mining » Nature Crime Alliance. <https://naturecrimealliance.org/unicri-joins-nature-crime-alliance-amid-growing-focus-on-illegal-mining/>.

⁵⁸ Nature Crime Alliance. (2024, May 23). ILP bolsters Alliance's work to broaden legal support for frontline defenders » Nature Crime Alliance. <https://naturecrimealliance.org/ilp-bolsters-alliances-work-to-broaden-legal-support-for-frontline-defenders/>.

⁵⁹ Gabay, A. (2024, January 8). Historic land win for Ecuador's Siekopai sets precedent for other Indigenous peoples. *Mongabay Environmental News*. <https://news.mongabay.com/2024/01/historic-land-win-for-ecuadors-siekopai-sets-precedent-for-other-indigenous-groups/>.

⁶⁰ Amazon Frontlines. (2023, November 28). Ecuador's Siekopai Nation Wins Historic Land Back Victory In The Amazon Rainforest. <https://amazonfrontlines.org/chronicles/ecuadors-siekopai-nation-wins-historic-land-back-victory-in-the-amazon-rainforest/>.

⁶¹ Sutejo, D., & Harris, N. (2023, November 27). Two big wins for Indonesia's agrarian reform movement. <https://rightsandresources.org/blog/two-big-wins-for-indonesias-agrarian-reform-movement/>.

⁶² Renner, S. (2024, April 25). In Coastal British Columbia, the Haida Get Their Land Back. *Inside Climate News*. <https://insideclimatenews.org/news/25042024/british-columbia-haida-nation-land-ownership/>.

⁶³ European Commission. (2024a, August). Corporate sustainability due diligence - European Commission. https://commission.europa.eu/business-economy-euro/doing-business-eu/sustainability-due-diligence-responsible-business/corporate-sustainability-due-diligence_en.

⁶⁴ Cantú Rivera, H. (2024). The Corporate Sustainability Due Diligence Directive beyond Europe. *Verfassungsblog*. <https://doi.org/10.59704/af0cf573b1220c5c>.

⁶⁵ Rao, R. (2024). Why Forest Conservation Amendment Act may be deemed unconstitutional. *Down To Earth*. <https://www.downtoearth.org.in/forests/why-forest-conservation-amendment-act-may-be-deemed-unconstitutional-95218>.

⁶⁶ Prince George Citizen Journal. (2024). Climate agreement inspires demand for clear definition of "forest degradation" in Canada. *Prince George Citizen*. <https://www.princegeorgecitizen.com/environment/climate-agreement-inspires-demand-for-clear-definition-of-forest-degradation-in-canada-7978157>.

⁶⁷ BIV Journal. (2023). Canada to redefine "forest degradation" following EU import law. *Business in Vancouver*. <https://www.biv.com/news/resources-agriculture/canada-redefine-forest-degradation-following-eu-import-law-8272104>.

⁶⁸ Rights and Resources Initiative. (2023). *From Commitments to Action: Supporting Forest Tenure, Policy, and Market Reforms*. <https://doi.org/10.53892/WZXZ7613>. Rights and Resources Initiative. (2023).

⁶⁹ The International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (2024). *The Indigenous World 2024* (38th ed.). April 2024.

⁷⁰ Lama Hyolmo, S. (2024, June 22). Forced evictions suppress Maasai spirituality & sacred spaces in Tanzania. *Mongabay Environmental News*. <https://news.mongabay.com/2024/06/forced-evictions-suppress-maasai-spirituality-sacred-spaces-in-tanzania/>.

⁷¹ Business as usual in bloodied land? Role of businesses in forced evictions in Loliondo, Tanzania. (n.d.). <https://www.amnesty.org/en/documents/afr56/8320/2024/en/>.

⁷² The International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (2024).

⁷³ IWGUA. (2024).

⁷⁴ U.S. Fostering Overseas Rule of Law and Environmentally Sound Trade (FOREST) Act

⁷⁵ *Agricultural production statistics 2000–2021*. (2022). <https://doi.org/10.4060/cc3751en>.

⁷⁶ World Bank. (2024). Population, total. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>.

⁷⁷ Li, S., & Zhang, Y. (2024). More unequal food distribution in low-income countries exacerbates global hunger risk. *Sustainable Production and Consumption*, 46, 108–118. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2024.02.009>; FAO. (2023). *The State of Food and Agriculture 2023 – Revealing the true cost of food to transform agri-food systems*. <https://doi.org/10.4060/cc7724en>.

⁷⁸ Charpentier Poncelet, A., Helbig, C., Loubet, P., Beylot, A., Muller, S., Villeneuve, J., et al. (2022). Losses and lifetimes of metals in the economy. *Nature Sustainability*, 5(8), 717–726. <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00895-8>.

⁷⁹ Kara, S., Hauschild, M., Sutherland, J., & McAloone, T. (2022). Closed-loop systems to circular economy: A pathway to environmental sustainability? *CIRP Annals*, 71(2), 505–528. <https://doi.org/10.1016/j.cirp.2022.05.008>.

⁸⁰ Owen, J. R., Kemp, D., Lechner, A. M., Harris, J., Zhang, R., & Lèbre, É. (2023). Energy transition minerals and their intersection with land-connected peoples. *Nature Sustainability*, 6(2), 203–211. <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00994-6>.

⁸¹ Nelgen, S., Charré, S., & Pacheco, P. (2024). *Turning harm into opportunity: Repurposing agricultural subsidies that destroy forests and non-forest natural ecosystems*. <https://www.panda.org/?11884966/>; Convention on Biological Diversity. (n.d.). Target 18. <https://www.cbd.int/gbf/targets/18>.

⁸² WWF (2023) The Forest Pathways Report. Gagen, M.H., Dudley, N., Jennings, S., Timmins, H.L. Baldwin-Cantello, W., D'Arcy, L., Dodsworth, J.E., Fleming, D., Kleymann, H., Pacheco, P., Price, F., (Lead Authors). WWF, Gland, Switzerland.

